

## **João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil.**

Danilo J. Zioni Ferretti<sup>1</sup>  
Maria Helena Rolim Capelato<sup>2</sup>

As comemorações do quinto centenário do "descobrimento" trouxeram ao primeiro plano questões há muito marginalizadas. A reflexão sobre a identidade nacional, a partir do pós guerra, perdeu a importância que adquirira desde o aparecimento da geração romântica de meados do século passado. Em algumas datas, porém, a velha indagação sobre "o que somos" e "para onde vamos" mobiliza, não só a intelectualidade, mas toda a sociedade, transformando a comemoração de um acontecimento significativo de nossa história em momento privilegiado de reflexão sobre a totalidade do nosso processo formativo como nacionalidade. As comemorações oficiais apresentam um discurso homogeneizador que se caracteriza geralmente pela ênfase na unidade e harmonia. No entanto as diferentes visões sobre o ser nacional acabam vindo à tona quando se reconstitui a história numa perspectiva crítica. Observa-se, então, o aparecimento de inúmeras formas de se entender a nossa realidade, a nossa história e o nosso futuro, que foram ocultadas nas versões comemorativas. Os debates sobre a identidade nacional deixam entrever o embate político ideológico do momento. Assim, para se compreender estes "lugares da memória" nacional, para utilizar o termo de Nora, não podemos deixar de lado a dimensão essencialmente política com a qual eles se revestem (Nora, 1984). O estudo

---

1. Mestrando em História da USP, bolsista da FAPESP.

2. Professora do Departamento de História do FFLCH-USP.

dos lugares de memória não pode prescindir de uma análise do uso político do passado( Quatrocchi Woisson, 1995). Procurando evitar a tendência à naturalização de nossas qualidades nacionais, que normalmente predominam nas interpretações dos ideólogos de cada época, seria interessante realizarmos uma análise histórica que resalte as diferenças das representações sobre nossa identidade, assim como as descontinuidades dos discursos sobre o nacional, gerados no contexto de comemorações passadas. Assim, procuramos aqui lançar luz sobre a maneira como as elites paulistas da passagem do século passado comemoraram os quatrocentos anos de descoberta do Brasil. Estamos nos referindo ao debate sobre a figura e o lugar de João Ramalho no episódio do "descobrimento" do Brasil. As discussões iniciadas no período colonial, renasceram durante os festejos do quarto centenário do descobrimento, em 1900, e ganharam destaque nas primeiras três décadas do século XX. Ao invés de se voltarem para Cabral, Caminha ou rei Dom Manuel, figuras que representam o descobrimento, os intelectuais paulistas aproveitaram o ensejo da comemoração das origens para debater ativamente o papel de João Ramalho neste evento. Este texto tem como objetivo mostrar a complexidade do processo de construção imaginária da nação, procurando evidenciar a elaboração de um discurso da paulistanidade que, ao mesmo tempo, afirmava a supremacia de São Paulo no Brasil, procurando fazer desta região o cerne da autêntica nação brasileira.

#### O IV CENTENÁRIO: ORIGENS DE SÃO PAULO, ORIGENS DO BRASIL.

Por ocasião da comemoração do quarto centenário da descoberta do Brasil em 1900, o chamado "jubileu nacional", a comunidade intelectual se mobilizou no sentido de pensar as origens da nação. No interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lugar por excelência da produção do conhecimento sobre o passado no período, o debate sobre o "descobrimento" ganhou espaço privilegiado. Seguindo os pressupostos historiográficos da escola metódica do século XIX, então hegemônicos no país, os historiadores apelaram para uma erudita e pormenorizada recuperação em torno de fatos, datas e personagens na busca de definir como "realmente ocorreu" a chegada dos portugueses ao Brasil. O debate sobre a intencionalidade ou casualidade do descobrimento tinha seu momento de auge.

Neste contexto, observamos uma interessante indagação levantada pelo consócio José Luis Alves durante a primeira sessão do IHGB realizada no ano de 1899, datada de 3 de março. Alves propôs aos membros do Instituto a realização de pesquisas em arquivos portugueses e paulistas no sentido de encontrar o testamento original de João Ramalho, documento este referido na obra do historiador beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus. A importância do testamento para as comemorações do centenário residia no fato de demonstrar a primazia de João Ramalho no episódio do "descobrimento". No pedido de Alves afirmava-se que "Frei Gaspar da Madre de Deus que pelo instrumento público [o testamento] aberto depois do óbito de João Ramalho vê-se que contava ele mais de 90 anos de idade, e de residência na Capitania de São Vicente, [tendo chegado] muito antes de ter Pedro Alvares Cabral descortinado a terra de Santa Cruz em 21 de abril de 1500."( RIHGB, n ° 64, pp. 285). Ou seja, encontrar o testamento de João Ramalho significava a possibilidade de comprovar ( ou refutar) a tese de frei Gaspar de que o "patriarca dos paulistas" havia chegado em terras

americanas antes de Cabral e do próprio Colombo, uma vez que a data presumida de sua chegada seria o ano de 1490. Sem a apreciação do dito testamento a primazia de Cabral no descobrimento do Brasil poderia ser colocada em xeque. Se se confirmassem as informações contidas na obra de Frei Gaspar, o descobridor da América e do Brasil teria sido, não o genovês Colombo ou o português Pedro Álvares mas João Ramalho o "patriarca dos paulistas". As origens do Brasil estariam assim irremediavelmente ligadas ao torrão paulista. Os habitantes de São Paulo poderiam ter sido engrandecidos com a transformação do fundador da estirpe bandeirante no primeiro europeu a pisar em solo americano e brasileiro: no descobridor do Brasil. No panteão dos heróis João Ramalho destronaria Cabral e Colombo. O consócio pedia ao Instituto que averiguasse a questão.

A proposta foi endereçada à comissão de História do Instituto e analisada por especialistas que logo descartaram a veracidade do testemunho de Frei Gaspar. Na impossibilidade de encontrar o testamento de João Ramalho, a questão ficava em aberto, valendo, portanto, a tradição que conferia a prioridade a Cabral no descobrimento do Brasil. Contudo, ao relator do parecer a idéia de conferir a um português a primazia no descobrimento do novo continente não deixava de ter o seu lado positivo, contanto que uma condição fosse respeitada: "Seria grande honra para Portugal e para o Brasil se se pudesse provar que os portugueses haviam neste se estabelecido antes que Colombo descobrisse a América; mas desde que se reconhecesse que João Ramalho viesse na primeira frota de exploração das frotas descobertas por Cabral"( Rev. Do IHGB, nº 64, pp300). O testemunho de Frei Gaspar somente seria conveniente se fosse mantida a primazia de Cabral na descoberta das novas terras. O que os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro procuravam preservar era o lugar central de Cabral, figura chave de todos os festejos do jubileu. Além do mais, pelo fato de somente ter revelado o território brasileiro e nunca mais voltado para cá, Cabral desempenhava um papel de distanciamento no que toca às disputas simbólicas das diversas regiões brasileiras pela primazia da origem da nação. Sua figura não se prendia a nenhum Estado específico podendo ser reverenciado como fundador de toda a nacionalidade sem maiores contestações. Nem mesmo à Bahia, terra em que as naus aportaram em 1500, sua figura era identificada. Na tradição historiográfica baiana figuras como Tomé de Souza, Caramuru ou Garcia D'Avila, eram heróis mais evocados do que o descobridor do Brasil. Assim, esvaziada a possibilidade de identificação com qualquer região, Cabral poderia ser convenientemente alçado a herói nacional responsável pelo nascimento do Brasil.

Já no caso de se considerar a primazia de João Ramalho, personagem polêmica, irredielmente relacionado com a mitologia regional paulista, a situação seria completamente outra. A valorização de sua figura como herói descobridor do país daria ensejo à valorização de uma parte sobre o todo, ou seja, de São Paulo sobre o Brasil. Esta preponderância do regional sobre o nacional em qualquer contexto histórico seria problemático - uma vez que a construção simbólica da nação pressupõe a supressão ou enquadramento dos regionalismos, - tanto mais neste início do século XX. A recém proclamada república ainda se via às voltas com problemas de afirmação do Poder Central sobre Estados que, em virtude da nova constituição federalista, haviam adquirido grande autonomia político-administrativa. Todo o cuidado era pouco para se aproveitar o jubileu como elemento de consolidação da unidade nacional,

recentemente privada da figura aglutinadora do Imperador. Apesar do ilustre sócio do IHGB José Luiz Alves não ter "aparentemente" nenhum interesse em fomentar o já exacerbado orgulho paulista, o seu pedido de averiguação da precedência do herói paulista trouxe à tona a longa discussão sobre as origens de São Paulo, relacionada com as origens do Brasil e o papel de João Ramalho no descobrimento do país que, desde o período colonial, dividia as opiniões dos historiadores. Nas páginas da revista do IHGB o debate sobre João Ramalho não suscitou maiores atenções. Porém este não foi o caso do recém fundado ( 1894) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ele mesmo representante da crescente auto confiança paulista. Pouco tempo depois do questionamento realizado por José Luis Alves, a revista do IHGSP dedicou quase todo o volume do ano de 1902 ( e alguns artigos do de 1904) ao debate sobre o tema de João Ramalho, que mobilizou as principais figuras da intelectualidade paulista do período. A elite de São Paulo aproveitou o ensejo e comemorou o IV Centenário do nosso descobrimento. Apesar da discussão não constar dos festejos oficiais levados a efeito em 1900, enquanto a população participava comparecendo à inauguração de um monumento levantado pela Sociedade Comemoradora (sic) de São Vicente, a elite paulista comemorou o acontecimento procurando constituir as bases da nacionalidade a partir de sua história.(RIHGSP, vol. V, pp. 325). Os grandes símbolos do descobrimento - Cabral, Caminha, a Primeira Missa, - quase não eram citados na revista do IHGSP. Enquanto a nação comemorava seu descobrimento à moda tradicional, os historiadores paulistas se voltaram para a conturbada figura de seu patriarca. Na comemoração das origens da nacionalidade, pareciam afirmar que "obrigatoriamente" as reflexões deveriam passar pelo questionamento das origens de São Paulo. Buscando representar a superioridade de São Paulo no conjunto do Brasil, a história serviu como arma do jogo político entre poder local e poder central. Demonstrar que as origens do Brasil estavam em São Paulo significava justificar que os projetos de hegemonia de São Paulo em relação à federação começavam a ser elaborados nessa época.

#### A PAULISTANIDADE E O NACIONAL: ENTRE A "EXCEÇÃO PAULISTA" E A "LOCOMOTIVA DA NAÇÃO".

Esta postura que identificava o regional (paulista) com o nacional (brasileiro) caracterizava a forma pela qual os intelectuais ligados à elite política de São Paulo pensavam a questão da identidade paulista na passagem do século. Para compreendermos o debate sobre João Ramalho desenvolvido nos primeiros anos do século, cabe analisar historicamente este esforço secular da elite regional de prover São Paulo de uma identidade própria que o apresentasse como a vanguarda da nacionalidade. O edifício simbólico da identidade paulista - elaborado a partir de uma série de mitos fundantes da nacionalidade construídos pela historiografia e heróis clânicos também consagrados por ela - começou a ser construído no período colonial, principalmente no século XVIII, quando foram esboçadas as primeiras tentativas de criar uma história para a capitania de São Paulo pelo beneditino santista Frei Gaspar da Madre de Deus e pelo aristocrata paulistano Pedro Taques de Almeida Paes Leme (Abud, 1985, cap II). Seguindo seus traços, nas três últimas décadas do século XIX, diversos outros membros da recém formada burguesia cafeicultora paulista se

dedicaram a ampliar e redimensionar este culto à paulistanidade, num movimento que atingiu seu auge por volta dos anos 20 e início dos anos 30 deste século, quando a temática da identidade paulista passou a ser discutida nos mais diversos veículos de informação, dando origem a um sem número de livros, artigos de revista e de jornal, obras de arte, etc. Ela mobilizou algumas das mais importantes personalidades do mundo político e cultural, paulista e não paulista, destacando-se Alberto Salles, Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado, Oliveira Vianna, Washington Luís, Graça Aranha, dentre outros. A nova realidade histórica que está na base desta retomada da questão identitária paulista foi a consolidação do café no oeste da província, por volta de 1870. Com o espantoso crescimento material daí advindo, o papel de São Paulo no interior do conjunto das demais unidades do império foi radicalmente transformado (Love, 1982). Ele passou de uma posição secundária para polo dinâmico da economia nacional. Afirmou-se, ao mesmo tempo, um grupo social novo, a burguesia cafeicultora paulista, da qual um setor aderiu à nova idéia republicana criando aquilo que foi chamado de "republicanismo paulista", vertente do liberalismo marcado pela tentativa de implantar o modelo norte americano de civilização nos sertões brasileiros (Carvalho 1995, pp 24). Foi esta mesma burguesia a responsável pela retomada da temática da identidade paulista mediante a discussão sobre o passado da província. A partir dos anos 70 do século XIX, a elite local - principalmente o grupo dos republicanos, marcados por uma postura de cunho liberal descentralizador - começou a produzir um discurso que identificava no paulista uma série de atributos que não eram encontrados nos demais brasileiros (Blanco 1995, pp.197-199). Segundo este discurso, os "brasileiros" seriam caracterizados pela submissão e dependência frente ao governo, pela falta de iniciativa, indolência e preguiça. Já os paulistas seriam marcados pelo desenvolvido "espírito empreendedor", pela iniciativa, tenacidade, energia e independência perante o governo. Disso concluía-se que o paulista era uma "exceção" no conjunto do império e o rápido crescimento da província e sua participação no movimento republicano, devido única e exclusivamente ao espírito empreendedor de seus filhos, comprovaria tal fato. Além de marcar com clareza a excepcionalidade em relação ao restante dos "brasileiros" (principalmente do "nortista"), a visão da paulistanidade, característica dos grupos republicanos locais, acabava aproximando o paulista do norte americano. Segundo a frase do historiador mineiro Basílio de Magalhães, homem muito próximo da elite de São Paulo, o paulista poderia ser considerado o "yankee sul americano", uma vez que possuía as virtudes do "irmão do norte": iniciativa, empreendimento e liberdade (Magalhães 1913, pp. 15). Esta tentativa de identificação entre o paulista e o yankee ficaria patente na criação da bandeira do Estado, em 1887, pelo republicano Júlio Ribeiro. Este que é o símbolo maior de São Paulo, é a imitação, em outras cores, da bandeira norte americana. Em texto de 1879 o republicano Alberto Salles, chamando a atenção para a energia e iniciativa dos paulistas, se indagava: "De onde vem esta energia? Qual o motivo de não se encontrarem exemplos semelhantes em outras províncias?" (Salles 1879, pp. 185). Na busca de compreensão desta "exceção" diversos membros da elite republicana paulista dos anos 0 e 80 do século XIX voltaram-se ao estudo do passado colonial da província. Inicialmente, de forma bastante precária, políticos e jornalistas republicanos, como Américo Brasiliense (Lições de História Pátria), e o próprio Alberto Salles (A Pátria Paulista) procuraram

escrever a história da Província. Começaram a esboçar uma nova visão do passado regional em que a explicação para a "exceção paulista" estaria no fato de São Paulo ter tido uma colonização diferente da do resto do Brasil. Baseados na obra do historiador português Oliveira Martins - que no livro de 1880 *Brasil e as Colônias Portuguesas* afirmava a existência, no período colonial, de "duas grandes províncias, cuja história é diversa, porque seus caracteres naturais e adquiridos foram diferentes até a sua unificação selada na independência" - os republicanos paulistas apresentavam uma visão cindida da nacionalidade (Martins, 1880 apud Salles, 1983). Pelo menos dois "Brasis" diferentes existiam na colônia: um ao Norte, centrado em Pernambuco, próximo à coroa portuguesa e, por isso, submetido ao "despotismo" da realeza ibérica e um ao Sul, centrado em São Paulo, isolado, abandonado pela coroa e, por isso, mais independente (Salles, 1983, pp102). A especificidade do passado regional explicava as diferenças do presente. Assim, os habitantes de São Paulo seriam herdeiros de uma tradição própria, diferente da dos outros brasileiros, não havendo, no limite, identidade entre ambos, o que justificaria a liderança dos paulistas sobre o resto do Brasil. Com base nessas teses que ressaltavam a especificidade de São Paulo, pregaram a separação da Província do conjunto do Império brasileiro. A própria obra de Alberto Salles, *A Pátria Paulista* de 1887 tinha como finalidade comprovar a possibilidade e conveniência da separação de São Paulo. Também o literato e republicano Júlio Ribeiro, (autor do romance naturalista *A Carne*) empenhou-se nesta luta. É dele a seguinte afirmação, datada de 1887, que bem evidencia a forma como a elite paulista compreendia sua própria identidade em relação ao todo nacional: "Temos tradições, temos hábitos, temos costumes - nossos só - desconhecidos, incompreensíveis até ao estrangeiro, ao nortista. Nosso sangue é outro - em nossa máxima parte descendemos da colônia fidalga, que, em circunstâncias especialíssimas, fundou, nesta capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa. Falamos, é verdade, a mesma língua que fala o Norte, mas isso não tira nem põe: o belga fala francês e não é francês." (apud Blanco, 1995, pp. 198-199) A língua não seria fator suficiente de manutenção de unidade nacional uma vez que as tradições seriam outras. A diferença estaria no passado, nas origens, na forma como se deu a colonização do "Norte" e do "Sul". Aqui a idéia da nação originalmente cindida, da existência de diferentes formas de colonização adotada pelos portugueses na América, servia para um propósito político claro: justificar a separação de São Paulo. Posteriormente, em 1902, Euclides da Cunha nas páginas de *Os Sertões* reafirmaria a idéia da originalidade paulista e a explicaria como decorrência da forma de colonização "livre", "isolada", adotada na região. Esta afirmação da especificidade da história colonial paulista, que começou a se esboçar nos discursos políticos do período da propaganda republicana, recebeu o estatuto "científico" de saber histórico, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1894, pouco depois da Proclamação da República. Nesta data a elite paulista apoiava o presidente em exercício, Floriano Peixoto, mas articulava a eleição do primeiro presidente paulista Prudente de Moraes. Uma vez no poder, as ambições de hegemonia política paulista se transformavam em realidade e não se escreveu mais sobre separatismo. O debate a respeito de João Ramalho, ocorrido no IHGSP deixa implícita a utilização do passado como meio de legitimação do poder que o Estado passava a desfrutar desde o final de século (Schwarcz 1993, pp.130-132). Como elite recém alçada ao posto de liderança econômica e política do

país, a elite paulista lançou mão da origem histórica para justificar a hegemonia de recente data. Os sócios congregados em torno da nova agremiação, procuraram fazer uso do passado com fins políticos. A pretensão hegemônica paulista se evidenciou na frase que abre a primeira publicação do Instituto, e que ficaria como uma espécie de lema da instituição: "A História de São Paulo é a própria história do Brasil". Neste contexto, a identidade do Brasil se constrói a partir de São Paulo. São Paulo seria a "Locomotiva da nação". Na revista do IHGSP, e nos livros escritos por historiadores paulistas como Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr., ficou patente o esforço de conferir papel proeminente e de pioneirismo a personagens paulistas nos momentos decisivos da história brasileira. Os historiadores referidos atribuíram aos paulistas o papel de construtores da nacionalidade. Assim, no período colonial, a epopéia das bandeiras aparece como definidora da base territorial da nação. Ao mesmo tempo a origem do sentimento de nacionalidade, o nativismo, teria se originado na Piratininga seiscentista com o episódio da Aclamação de Amador Bueno rei de São Paulo. A independência nacional, não por acaso, foi proclamada em São Paulo, sob o patrocínio do também paulista José Bonifácio. O paulista Feijó, durante a regência, foi considerado o verdadeiro articulador da unidade nacional e, por fim, os republicanos paulistas tinham sido os responsáveis pela introdução do Brasil no conjunto das nações "democráticas" do globo. A representação dos paulistas como artífices da nacionalidade e de São Paulo como cerne do Brasil autêntico foram reproduzidas até os anos 30. Encontramos nesta identificação de São Paulo com a própria nacionalidade uma das contradições principais do discurso da paulistanidade. Conforme já vimos anteriormente, a elite regional, e principalmente os republicanos da província, elaboram uma identidade própria para o paulista, ressaltando a especificidade de sua tradição e as diferenças em relação ao restante da população brasileira, principalmente a nortista. Neste sentido, São Paulo não era o Brasil, o que contrasta abertamente com o mote dos historiadores paulistas de que a história regional era a própria história nacional, de que o Brasil era, de fato, São Paulo, e de que este Estado era a "locomotiva da nação". A relação do regional com o nacional, ao mesmo tempo em que permitia salientar a "exceção paulista" (neste caso identificado com o "yankee"), reiterava a imagem de "São Paulo coração do Brasil". A identidade paulista foi construída a partir do regional e do nacional, mas o nacional também figurava como o "Outro" do regional. Assim, pudemos observar que, no momento em que o país comemorava o seu quarto centenário de descobrimento, a própria identidade nacional aparecia dividida. O sentimento de autonomia regional que o debate republicano colocara, (e que em casos extremos e excepcionais chegou ao separatismo) obrigava a uma reorganização em nível simbólico da relação entre o regional e o nacional. O debate sobre João Ramalho colocou-se no centro dessa discussão.

#### A DISPUTA EM TORNO DAS ORIGENS DE SÃO PAULO NA REPÚBLICA.

A busca do sentido da paulistanidade remeteu os historiadores à origem paulista e a polêmica se instituiu neste terreno. Não só João Ramalho mas também outras duas figuras se alternaram nas falas de historiadores, políticos e homens de letras em geral, como possíveis "fundadores" de São Paulo. Martin Afonso de Sousa, o donatário oficialmente responsável (em nome d' El Rey nosso senhor) pela ocupação da

capitania e que para ela traz uma primeira expedição de colonos; Padre José de Anchieta, jesuíta canarino que funda a vila de São Paulo de Piratininga no intuito de catequizar os indígenas; e o próprio João Ramalho, português que já se encontra em terras de S. Vicente antes da ocupação oficial por Martin Afonso e que, se caldeando com os indígenas da terra, se opõe (segundo uma corrente de historiadores) à própria presença dos jesuítas na capitania. Para compreender esta disputa é necessário uma retomada do debate de épocas anteriores, já mencionado, para mostrar como ele chegou até o período republicano. Evidentemente as três figuras, e os constantes conflitos que as colocava umas contra as outras, revelavam a diversidade de agentes e interesses implicados no processo de colonização do novo território. Porém este conflito aberto e declarado, presente em todo e qualquer processo histórico, não se adequava aos interesses conciliatórios característicos do discurso identitário. Na busca de criar uma história para os paulistas, e uma história que servisse de elemento aglutinador na construção da identidade, a elite regional - principalmente a da passagem do século que mais se empenhou em manter a unidade interna - teve que acomodar estas diversas figuras dentro de um único e coerente panteão. A questão não seria tanto de excluir um em detrimento do outro, mas sim de acomodar a todos, reservando lugar especial e de destaque para aqueles heróis reputados mais significativos. Porém este processo de acomodação ocorreu a partir de contendas historiográficas em que pesaram os diversos posicionamentos políticos dos historiadores na defesa da prevalência de um dos personagens sobre os demais. Dentre as três figuras citadas a mais controversa é, sem sombra de dúvida, a de João Ramalho. José de Anchieta sempre teve uma imagem positiva, principalmente para setores ligados à Igreja e à Monarquia, desde o século XVIII organizou-se um ativo grupo de pressão para sua canonização. Este grupo, dentre outras personalidades, no final do século XIX contou com a presença de Eduardo Prado, intelectual monarquista e católico que, numa época de triunfo das teorias secularizadoras e republicanas, se empenhou em propagar a importância da Companhia de Jesus para a colonização do Brasil. Além de ter sido um dos articuladores das comemorações do tricentenário da morte de Anchieta em 1897 (portanto, 3 anos antes do jubileu nacional de 1900) proferiu a conferência sobre "O Catolicismo, A Companhia de Jesus e a Colonização do novo Mundo" onde apresenta uma interpretação católica da história do Brasil. Eduardo Prado, forte entusiasta da paulistanidade, atrelou as origens de São Paulo e do Brasil afirmando, "realmente, (...) como sabeis, o Brasil foi feito pelos paulistas"(Prado 1906, pp. 86) e nessa perspectiva os jesuítas representados por Anchieta aparecem como responsáveis pela construção regional / nacional. Martin Afonso somente despertou o interesse de historiadores áulicos como Varnhagen, autores interessados em enfatizar o papel da coroa portuguesa como o grande agente de colonização. Para Varnhagen, que pode ser considerado o historiador oficial do Império brasileiro, o verdadeiro fundador de São Paulo teria sido o capitão Martin Afonso de Souza, enviado por sua magestade D. João III. Entre os intelectuais paulistas somente o pintor e historiador Benedito Calixto, natural de São Vicente, parece ter se empolgado com a figura de Martin Afonso, o fundador de sua cidade. Dedicou-lhe algumas telas como "A frota de Martim Afonso no Porto das Naus"; "Martim Afonso de Sousa em Piassaguera" ou a famosa "Fundação da Vila de São Vicente por Martim Afonso de Sousa". Neste contexto de apropriação política do



passado, a figura de João Ramalho foi a mais polêmica; desde os aspectos mais simples de sua personalidade até os mais complexos referentes à sua participação no processo colonizador foram alvo de contextualização. A quase completa inexistência de fontes primárias a seu respeito fez com que os debates do século XIX e XX se restringissem aos poucos testemunhos secundários dos cronistas coloniais sobre a sua pessoa. Quem iniciou a contestação a João Ramalho no período colonial foi o cronista jesuíta Simão de Vasconcelos que na sua "Crônica da Companhia de Jesus" de 1663 além de acusar o personagem de tramar o assassinato do jesuíta Leonardo Nunes, referia-se a ele como "um homem por graves crimes infame e atualmente excomungado" (sic), além de polígamo e assassino. Este autor, seguindo a tradição de animosidade que os jesuítas nutriram durante toda a colônia em relação aos paulistas, foi responsável pela mais negativa das representações de João Ramalho e serviu de sustentação para toda a corrente "anti-ramalhista". Quase um século depois, Pedro Taques e Frei Gaspar, como já foi dito, procuraram resgatar positivamente a figura do "pai dos paulistas". Principalmente o beneditino Frei Gaspar se empenhou nesta revalorização de Ramalho. Baseado no testamento já mencionado, defendeu a tese de que João Ramalho seria um naufrago e teria chegado à América por volta do ano de 1490, portanto antes de Colombo. Além do mais, segundo a versão de Pedro Taques, depois repetida por Frei Gaspar, João Ramalho não seria "degradado" ou "infame", mas teria "foro de cavaleiro" advindo daí uma origem fidalga. Com a obra destes dois historiadores teve início a corrente "pró-ramalhista". A querela sobre o primeiro povoador da capitania de São Vicente permaneceu inalterado durante quase todo o século XIX. O debate somente seria retomado em 1877 quando o historiador maranhense Cândido Mendes de Almeida, na sua série de estudos "Notas para a História Pátria", publicados na revista do IHGB, colocou novamente em questão a identidade de João Ramalho. Mais precisamente, ele pretendeu provar, nos seus artigos, que a figura do desconhecido "bacharel de Cananea" - personagem obscura que, segundo as crônicas do período do descobrimento, tanto auxiliou os portugueses a se fixarem na costa paulista - não era outra pessoa além do próprio João Ramalho. Para provar isso ele retomou os historiadores paulistas do período colonial - Pedro Taques e Frei Gaspar - e foi descartando ponto por ponto as suas afirmações nobilitadoras a respeito do "pai dos paulistas". Cândido Mendes se empenhou, com especial vigor, na refutação da existência do testamento de João Ramalho, que Frei Gaspar afirmava existir, e indicava como a prova de sua primazia sobre Colombo na descoberta da América. Segundo as palavras de Cândido Mendes: "Este testamento não passa de uma criação da fantasia do cronista beneditino, arrastado por mal entendido patriotismo, afim de dar certo realce ao torrão de seu nascimento. (...) Foi uma pia fraude contra a verdade histórica, criada pela imaginação do celebrado beneditino santense, como tantas outras que infelizmente formigam em suas "Memórias". Apliquemos a este assunto o instrumento da crítica e a verdade transparecerá com toda luz" (rev. do IHGB, vol. 40, pp.325) Observando esta discussão em torno da figura de João Ramalho, não deixa de chamar a nossa atenção o papel central conferido ao testamento que Frei Gaspar afirmava ter consultado. Um único documento mobilizou os esforços de diversos historiadores que, a partir de então, passaram a vasculhar os mais distantes arquivos à sua procura. Estamos diante de uma querela histórica nos termos propostos pela escola metódica que, caudatária do

historicismo alemão de Ranke, baseava sua prática analítica na crítica interna do documento, entendido este como única fonte possível para a reconstituição verídica do passado. Ao negar a existência do testamento, Cândido Mendes acusou o historiador paulista Frei Gaspar de fraude e falsificação da verdade, engrossando a corrente depreciadora da figura de João Ramalho. Conforme pudemos perceber por esta breve reconstituição do debate a respeito de João Ramalho, a visão negativa que o acusava de infâmia, assassinato e poligamia, foi preponderante no século XIX. Por ocasião das comemorações do IV centenário do descobrimento, ocorreu o pedido de verificação da veracidade do testemunho de Frei Gaspar, levantado pelo sócio do IHGB José Luís Alves, do qual já tratamos anteriormente. A partir deste momento os meios intelectuais paulistas se debruçaram sobre o tema dando origem a uma verdadeira celeuma historiográfica que acabou por dividir a intelectualidade regional. Enquanto, o Rio, a ênfase era dada à figura das primeiras frotas povoadoras, em São Paulo os historiadores dão prioridade à figura de João Ramalho. Os debates, iniciados no seio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, extrapolaram o círculo restrito dos especialistas e ganharam espaço nos jornais de grande circulação como "O Estado de S. Paulo"(OESP). No seio do IHGSP o que detonou toda a discussão foi a proposta do sócio João Mendes Junior de verificar se João Ramalho era analfabeto e judeu. Devemos procurar entender o que estava implícito nessa afirmação: cabia ao recém fundado Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o guardião por excelência da "tradição paulista", enfrentar a questão espinhosa de conferir um contorno preciso à figura do "alcaide mor da borda do Campo", um dos mais importantes mitos identitários da paulistanidade. Tratava-se de um passo importante no processo de confirmação da figura de um herói fundador. Para responder a ele, o Instituto de São Paulo montou uma comissão composta por seus membros mais ilustres. Intelectuais de renome nacional como Teodoro Sampaio, Orville Derby, Antônio de Toledo Piza e outros como o próprio João Mendes Júnior e Manoel Pereira Guimarães, no ano de 1902, lançaram-se aos originais das atas de vereança da vila de Santo André da Borda do Campo, ainda existentes, à procura das assinaturas de João Ramalho. Pelos autógrafos feitos pelo pretense "patriarca", procurariam definir se ele era ou não analfabeto. No parecer final, elaboraram uma representação do antigo povoador vicentino baseada nos depoimentos de Simão de Vasconcelos, descartando as interpretações de Frei Gaspar e de Pedro Taques. Elaboraram uma imagem extremamente negativa. Segundo eles, João Ramalho: "Na verdade, (...) não era um homem de sãos princípios, não os conhecia mesmo. As crônicas pintam-no violento, vivendo às soltas entre índios e cristãos com uma récuca de filhos mamelucos tão violentos e criminosos como ele. (...) Era seu mister saltar índios, cativa-los em guerras injustas, vende-los para os postos do litoral, comercio então lícito e praticado desde muitos anos antes da fundação de São Vicente. "(rev. do IHGSP, vol. VII, pp. 256) Além do mais, recusaram a sua procedência sobre Colombo na descoberta da América, e consideraram-no analfabeto - uma vez que o exame paleográfico dos autógrafos de João Ramalho constatara que haviam sido escritos por diversas pessoas diferentes, o que provaria sua incapacidade de assinar por si mesmo - e judeu, pois em todos os autógrafos encontraram um sinal na forma de C invertido, que identificaram como sendo a letra cabalística "Caff", e não a clássica cruz que todos naquela época costumavam incluir nas assinaturas. Um veredicto tão negativo numa época de euforia

e forte sentimento de paulistanismo presente no Estado, merece explicação. Ocorre que os principais membros da comissão estavam voltados para a questão indígena discutida à época. João Mendes Júnior, Teodoro Sampaio e Orville Derby, além de atuarem como historiadores, estavam intimamente engajados em questões ligadas à ocupação dos territórios "virgens" do oeste do país. Além de participarem (Teodoro e Derby) da "Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo", que procurava realizar o reconhecimento dos territórios desconhecidos do oeste paulista para a posterior ocupação econômica, João Mendes Júnior e Teodoro Sampaio muito se empenhavam em encontrar uma solução para o problema da incorporação do indígena, problema este agravado pela própria expansão da frente pioneira ( Figueroa 1987). Mendes Júnior e Teodoro Sampaio, eram os dirigentes da "Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios", instituição voltada para o trabalho de integração dos indígenas à nacionalidade brasileira. Conforme nos informa José Mauro Gagliardi, a Sociedade de Etnografia, apesar de leiga, se alinhava com a postura dos grupos da Igreja que consideravam que o serviço de integração dos indígenas deveria ser desempenhado quase que exclusivamente por missionários católicos (com auxílio material do Estado) . João Mendes Júnior e Teodoro Sampaio conferiam assim à Igreja o monopólio da "integração" do indígena, pois conforme afirmara o primeiro "(...)foi ela quem nos civilizou e só ela civilizará os nossos índios" (apud Gagliardi 1989, pp103). Nas propostas da Sociedade Etnográfica, Teodoro Sampaio chegou mesmo a defender a retomada do sistema de aldeamentos como solução para o problema( Idem, pp. 100). Assim, vemos que, no seu presente, os historiadores membros da comissão do IHGSP que desqualifica a figura de João Ramalho, defendiam um modelo de incorporação do indígena baseado na experiência jesuítica. Apesar de não serem ativos militantes da comunidade católica, como era o consócio Eduardo Prado, consideravam exemplar a atuação das ordens religiosas no trato com os indígenas. Desta forma, na sua representação do passado colonial paulista faziam a apologia do jesuíta e, apesar de também ressaltarem o papel fundamental do bandeirante na expansão territorial, não se sentiam à vontade em elevar à condição de herói regional aquele que, a seu ver, foi o precursor da escravidão indígena. Porém, nem todos em São Paulo concordaram com o parecer negativo sobre João Ramalho. Foi significativa a repercussão do veredicto na sociedade paulista do início do século. Primeiramente, ocorreu uma cisão no seio da própria comissão julgadora. O sócio Manoel Pereira Guimarães, que integrara a comissão, recusou-se a aceitar o parecer dos colegas e escreveu um outro que veio a público nas páginas do OESP de 20 de julho de 1902. Para o autor, a comissão, além de se basear no testemunho de autor não imparcial (como era o caso do jesuíta Simão de Vasconcelos), não aplicou, com o devido rigor, as leis da "diplomática", moderna ciência de análise dos diplomas, cartas, autos, atas, etc. Ainda segundo Manoel Pereira Guimarães, João Ramalho não era criminoso, não era traficante de escravos, não fazia oposição aos jesuítas e não havia incentivado a hostilidade entre as vilas de São Paulo de Piratininga e Santo André da Borda do Campo conforme afirmava a comissão do IHGSP e, com ela, toda a tradição oitocentista (RIHGSP, vol VII. pp. 270-279). Com o questionamento do parecer oficial do IHGSP iniciou-se o novo processo de reabilitação da figura de João Ramalho. Mas, nos primeiros anos do século XX houve tentativas de conciliar os diversos símbolos identitários paulistas. O empenho na reabilitação da figura de João Ramalho não visava conferir-lhe nenhuma primazia

sobre os pais fundadores mas fixá-lo ao lado dos demais heróis paulistas. Esta postura fica clara na conclusão de outro texto reabilitador, escrito no calor da discussão, e que aparece publicado tanto nas páginas do OESP quanto nas da revista do IHGSP. Trata-se do texto de Francisco de Campos Andrade, onde podemos ler: "É já tempo de Jesuítas e Ramalhos se darem as mãos. Ambos, obedecendo a seu destino, embora sempre em campos opostos, muito contribuíram para a expansão da civilização e a conquista do território: - para a formação da nacionalidade brasileira."( RIHGSP, vol. VII, pp422) O autor procurava integrar as duas alas mais significativas nas quais estava dividido o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no que tocava à questão das origens de São Paulo: a dos jesuítas ( sob a égide de Eduardo Prado ) e os demais que pretendiam reabilitar João Ramalho. Ambas as figuras disputaram o lugar privilegiado na representação da identidade paulista e nacional. O debate seguiu mantendo basicamente o mesmo teor das discussões acima apresentadas. Com algumas variações de argumentos e posturas mas, no geral, seguindo a mesma tendência dicotômica: ou nobilitadora ou desqualificadora. Em nenhuma delas, porém, se aventou a possibilidade de João Ramalho ter precedido Cabral na descoberta do Brasil. Os historiadores paulistas respeitavam a proeminência do navegador português na descoberta da nacionalidade. Teodoro Sampaio publicou, ainda no volume VII de 1902, um extenso trabalho onde analisou minuciosamente a cabala, procurando comprovar que o sinal como um "C" invertido que se encontrava na assinatura de João Ramalho era a letra cabalística "Caff". Durante as discussões sobre a definição do fundador da tradição paulista, as sessões do IHGSP também acompanhavam a leitura de importante trabalho historiográfico de um sócio recém admitido. Tratava-se do texto "Na Capitania de São Paulo. Governo de D. Rodrigo César de Meneses" de autoria do fluminense Washington Luis Pereira de Sousa. Este advogado recém instalado na capital paulista, procurava consolidar seus laços de contato com a elite do Estado imiscuindo-se no universo dos intelectuais regionais que, no momento, construía o edifício da paulistanidade. Nestes seus primeiros anos de atividade em São Paulo, o autor devotou-se ao estudo da história paulista destacando-se como um dos principais artífices de uma visão republicana e paulista da história brasileira. Posteriormente, já nos anos 20, como candidato à Presidência da República, fez bom proveito político desta sua iniciação como historiador da tradição paulista. Num momento em que a elite política do Estado encontrava-se dividida entre "perrepistas" e "democráticos", Washington Luís se apresentou como verdadeiro representante da causa de São Paulo. Nota-se que a sua atuação como historiador no início do século foi fundamental para seus propósitos políticos. Cabe, portanto, destacá-la. Não querendo perder a oportunidade de se pronunciar no debate sobre "os pais fundadores", Washington Luís conseguiu aquilo que parecia o impossível: descobriu uma cópia do famoso testamento de João Ramalho. Com grande alarde publicou o achado na Revista do IHGSP de 1904. Na realidade tratava-se de uma cópia do testamento original, feita no final do século XVIII, e encontrada entre os papéis velhos de José Bonifácio. Com isso estava saciada a "ânsia" documental dos historiadores do período, e Washington Luís pôde reabilitar a imagem de frei Gaspar que o maranhense Cândido Mendes de Almeida havia acusado de fraudador por ter inventado um documento que nunca existira. Com a descoberta da cópia do testamento, Washington Luis inocentou o ilustre beneditino santista num momento em que a prática de louvar e nobilitar os

feitos paulistas, (coisa que Frei Gaspar sempre fizera) estava na ordem do dia. No entanto, Washington Luís relativizou a interpretação que dava a primazia a Ramalho na descoberta da América, informação que, segundo Frei Gaspar, encontrava-se no dito documento. No documento transcrito por Washington Luís, existe uma observação do relator que corrige as datas citadas no testemunho de João Ramalho. A chegada não ocorrera em 1490, como queria Frei Gaspar, mas em 1510. Com isso, mantinha-se a primazia de Cabral na descoberta do Brasil e, ao mesmo tempo reabilitava-se a autoridade de Frei Gaspar, um dos nobilitadores da paulistanidade. Assim, como primeiro resultado desta controvérsia sobre João Ramalho temos a manutenção da primazia de Cabral em relação ao descobrimento. Para os paulistas, na realidade, a questão principal era referenciar o "fundador" da grandeza paulista e brasileira, pouco importando quem havia aqui chegado primeiro. Para tanto tiveram que definir o perfil de João Ramalho que, durante todo o século XIX, havia sido desqualificado pelos historiadores do IHGB. Como já foi dito a corrente afinada com Eduardo Prado, procurara desqualificar João Ramalho, preferindo apostar na valorização do jesuíta. Porém, no final da contenda, prevaleceu a corrente reabilitadora de João Ramalho preocupada, não com a concorrência entre jesuíta e bandeirante, mas com a colocação como responsáveis pela grandeza de São Paulo. Na realidade, o que todo este debate, visando a reabilitação de João Ramalho, representava era a tentativa de construção simbólica da figura do Bandeirante. Para isso, seria fundamental a reabilitação da figura de João Ramalho, uma vez que sua identidade com a figura destes desbravadores de Sertão era total, a ponto de ser designado por Alfredo Ellis Jr. de "primeiro bandeirante" (Ellis Jr. 1933, pp. 271 ). Sem sombra de dúvida esta discussão da passagem do século foi determinante na elaboração de uma imagem positiva e heróica do bandeirante, mediante a relativa marginalização da figura do jesuíta. Até a fundação do IHGSP, apesar da elite paulista muito louvar as figuras proeminentes de sua história, relativamente pouca coisa se sabia sobre os paulistas do século XVII, aqueles que posteriormente foram chamados de Bandeirantes. Nos textos de autores como Américo Brasiliense e Alberto Salles, datados das décadas de 1870 e 1880, quase inexistia o termo "bandeirante", largamente difundido somente no século XX. Até então os termos utilizados são prioritariamente "paulista antigo" ou "paulista primitivo". Foi no IHGSP, e principalmente após o debate sobre João Ramalho, que se deu contorno à figura do bandeirante como símbolo da proeminência paulista frente às demais unidades da nação. Porém sua exaltação ficou reservada para os anos 20 e 30 quando, em função do acirramento dos conflitos políticos entre as elites regionais e os diferentes grupos sociais, a elite paulista mobilizou o símbolo bandeirante para servir nas lutas políticas do presente. Neste momento rompeu-se definitivamente a postura conciliadora, que procurava unir "Jesuítas e Ramalhos", e a figura do Bandeirante assumiu um lugar de proeminência incontestável. Nas obras de Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay e mesmo Oliveira Vianna, ele recebeu a sua consagração como um dos mais significativos símbolos identitários, não só paulista, mas brasileiro também. Neste momento, João Ramalho assumiu definitivamente o posto de "verdadeiro fundador da (...) estirpe paulista", conforme podemos depreender do seguinte trecho, escrito por Alfredo Ellis Jr. no final dos anos 20 : "De todas as figuras do nosso passado, o vulto de João Ramalho é a mais característica, a mais saliente e a que mais tem chamado sobre si a atenção dos estudiosos de História. O velho alcaide-mór de

Santo André, o verdadeiro fundador da nossa estirpe paulista, o primeiro realizador da união soberba entre o guaianá de brônzea raça e o ibérico povoador, o primeiro bandeirante dos sertões planaltinos, foi também o primeiro homem de que a História nos dá notícias, em luta acérrima contra o imenso poderio dos padres da Companhia Jesuítica." (Ellis Jr. 1933, pp. 271) Num momento em que a representação do bandeirante foi difundida como símbolo incontestável da identidade paulista e brasileira, João Ramalho, o "primeiro bandeirante", assumiu o primeiro lugar no Panteão dos Heróis. Em contrapartida, a imagem do jesuíta passou a ser atacada com a difusão da tese de que o intento dos inacianos era de construir um famigerado "Império Teocrático" no coração da América do Sul. Contudo, esta nova discussão sobre as origens da nação se desenvolveu no contexto de outra grande comemoração nacional, a do "Centenário da Independência", festejado em 1922 (Motta 1992). Nesta época a situação política e econômica da elite paulista em relação aos demais grupos nacionais era diferente daquela do início do século. A partir dos anos 20, a hegemonia político-econômica de São Paulo passou a ser cada vez mais contestada, o que fez com que se investisse ainda mais na identificação de São Paulo como cerne e construtor da nacionalidade autêntica. A vertente perrepista do modernismo, o Grupo da Anta, composto por Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, juntamente com os historiadores ligados ao PRP - Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay e Alcântara Machado - se encarregaram de propagar uma versão própria da identidade paulista (Velloso, 1993). Para tanto foram mobilizadas - e ressignificadas - as representações sobre a paulistanidade elaboradas nos primeiros anos do século quando os paulistas comemoraram os quatrocentos anos de descobrimento do Brasil refletindo sobre suas próprias origens. Na década de 30, com a destituição dos paulistas do poder federal e a ascensão de um novo grupo político marcado por valores centralizadores contrários à autonomia regional, o discurso da paulistanidade foi colocado em xeque. Após o surto de paulistanismo observado no levante de 1932, o imaginário regional ficou relegado a segundo plano, uma vez que notamos o aparecimento de uma nova forma de se conceber a relação entre a identidade nacional e a regional. Partindo de diversos setores da sociedade brasileira, mas contando com a atuação determinante de Vargas e dos novos homens do poder, predominou uma nova identidade: a identidade nacional coletiva. Apesar de setores da elite paulista procurarem ainda investir no culto aos heróis identitários de São Paulo, a nova orientação acabou suprimindo a valorização das particularidades regionais em nome da unidade nacional. Para a elite paulista a perda da hegemonia significou o enfraquecimento da força mobilizadora da identidade paulista para fins políticos. Como pudemos ver, a construção da paulistanidade implicou numa batalha historiográfica muito longa e acirrada que extrapola as discussões no âmbito do conhecimento histórico, na medida em que este conhecimento foi usado como arma política de longo alcance. Resgatar esta discussão, que teve no momento da comemoração do quarto centenário do descobrimento um de seus pontos altos, implica lembrar o caráter político de toda disputa sobre o passado.

## BIBLIOGRAFIA.

Revistas:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. ( RHIGB)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. ( RHIGSP)

Textos:

ABUD, Kátia . - 1985 - O Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. Tese de doutorado pelo dept. de História FFLCH - USP.

BLANCO, Silvana Mota . - 1995- República das letras: discursos republicanos na província de São Paulo ( 1870-1889). Dissertação de mestrado pelo Dept. de História IFCH- UNICAMP.

CARVALHO, José Murilo. - 1995 - A formação das almas. São Paulo: Cia. Das Letras.

ELLIS Jr. Alfredo. - 1933- Pedras Lascadas. São Paulo : ed. Piratininga.

FIGUEROA, Silvia F. M. - 1987- Modernos bandeirantes: A comissão Geográfico Geológica e a exploração científica do território paulista. Dissertação de Mestrado Dept. de História FFLCH- USP.

GAGLIARDI, José Mauro. - 1989- O Indígena e a república. São Paulo: Ed. Huicitec, Edusp, Secretaria de Estado da Cultura de SP.

LOVE, Joseph. - 1982- A locomotiva. São Paulo na federação brasileira. São Paulo: Paz e Terra.

MAGALHÃES, Basílio de .- 1913- O Estado de São Paulo e seu progresso na atualidade. Rio: Tip. do Jornal do Comércio.

MOTTA, Marli Silva da. - 1992- A Nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência. Rio: Ed. Da FGV - CPDOC.

NORA, Pierre (org. )- 1984 - Les Lieux de la Mémoire. Paris, Galimard. 5v.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. -1992- Un nationalisme de déracinés: L'Argentine pays malade de sa mémoire. Paris: editions du CNRS.

SALLES, Alberto - 1879- "Como o clima da província de São Paulo influe sobre o caráter dos seus habitantes" in Almanaque Literário para a Província de São Paulo de 1880.

--\_\_\_\_\_ - 1983- A Pátria Paulista. Brasília : Ed. da UNB.

SCHWARCZ, Lilia M. - 1993- O Espetáculo das Raças. São Paulo : Cia. Das Letras.

VELLOSO, Monica Pimenta. -1993- "A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista". In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n ° 11, 1993, pp. 99-112.